



Prefeitura Municipal de Taubaté
Secretaria de Administração e Finanças

REQUERIMENTO DE PARCELAMENTO

Senhor Prefeito Municipal, o requerente, abaixo qualificado e assinado, vem requerer o parcelamento de débitos nos termos que seguem:

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição/BC: 5.4.079.005.001	Parcelamento nº: 14811/2023
Nome do Responsável: EDUARDO ARAUJO DA SILVA	
Documento do Requerente: 285.765.758-76	
Telefone:	Celular:
E-mail:	
Endereço entrega: R YOKICHIRO SHIMADA, 14	Bairro: PQ AEROPORTO
Cidade: Taubaté - SP	CEP: 12051-320
Valor do Parcelamento: R\$ 330,00	TREZENTOS E TRINTA REAIS
Quantidade de Parcelas: 1	
Vencimentos das Parcelas	14/06/2023 à 14/06/2023

TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA
IDENTIFICAÇÃO DOS DÉBITOS CONFESSIONADOS

Exercício(s) confessado	Tributos	CDA	Execução Fiscal
2008	1469 - IP IPTU	19399/2008	0508113-97.2013.8.26.0625

O(a) REQUERENTE, ciente e nos termos da LEI MUNICIPAL Nº. 5833 DE 18 DE MAIO DE 2023 e suas respectivas alterações por meio do presente Termo de Confissão e Parcelamento do(s) débito(s) tributário(s) e/ou não tributário(s), acima descritos celebra acordo com a Prefeitura Municipal de Taubaté, sediada na Avenida Tiradentes, 520, nos seguintes termos:

- O(a)(s) requerente(s) reconhece(m) a liquidez e certeza e confessa(m) de forma irrevogável e irretratável o(s) débito(s), objeto(s) do presente acordo; renuncia(m), expressamente, à qualquer meio de: defesa, recurso administrativo ou judicial ou ainda ação judicial dá(ão)-se por ciente e citado na(s) ação(ões) de execução fiscal, acima descrita(s), o(s) qual(is) possua(m) por objeto o presente débito, declara(m)-se ciente(s) acerca dos termos das normas regentes acerca do parcelamento e do compromisso em efetivar o recolhimento dos tributos devidos no ano corrente.
- O atraso no pagamento de qualquer parcela do objeto do acordo ou do tributo respectivo, no ano corrente, concomitantemente, bem como o descumprimento aos termos das normas regentes poderá denotar o cancelamento do presente, independentemente, de qualquer tipo de notificação, tornando-se sem efeito o valor deduzido a título de juros e multa. Também acarretará na rescisão do parcelamento a não concessão da recuperação judicial ou a decretação da falência da pessoa jurídica.
- O(a)(s) requerente(s) declara(m)-se ciente(s) acerca dos termos da Lei 8.137 de 1990, bem como: a) responsável pelas informações prestadas e suas respectivas atualizações, assim como pelos documentos apresentados, sob as penas da lei, comprometendo-se o requerente a informar o Ente Público acerca de eventuais alterações, inclusive as mudanças de endereços; b) não ter praticado com dolo, fraude ou simulação ou ainda haver proposto ação ou interposto recurso contra a Fazenda Municipal.
- A eventual tolerância à infringência de qualquer das cláusulas deste instrumento ou o não exercício de qualquer direito nele previsto constituirá mera liberalidade, não implicando em novação ou transação de qualquer espécie.
- Ficará a cargo do requerente proceder às baixas de eventuais restrições existentes junto aos órgãos de proteção de crédito, oriundas da dívida aqui confessada.
- Em caso de existência de pedido de protesto de quaisquer certidões da dívida ativa objeto deste acordo, caberá ao devedor no momento de firmar o presente, dirigir-se ao Cartório de Notas respectivo, imediatamente, e proceder à entrega da carta de anuência para retirar o protesto, mediante o pagamento dos emolumentos devidos.
- A concessão do parcelamento não implica a liberação dos bens, direitos, dinheiro e aplicações financeiras do devedor ou de seus responsáveis que tenham sido constituídos em garantia dos respectivos créditos ou bloqueados por ordem judicial.
- No caso de parcelamento realizado eletronicamente, nos termos do artigo 7-A, do Decreto nº. 14.971/2021, que alterou o Decreto nº. 14.047/2017, deverão ser observadas as seguintes regras: a) a adesão ao parcelamento consistirá em confissão de dívida irrevogável e irretratável da dívida, implicando a aceitação das condições estabelecidas no Decreto acima mencionado; b) os pagamentos serão efetuados junto à rede bancária autorizada, através dos respectivos boletos bancários; c) o parcelamento nas condições previstas no Decreto acima mencionado considerar-se-á celebrado com o pagamento da primeira parcela; e d) a identificação do requerente ocorrerá mediante o envio da cópia de documento de identificação do contribuinte com foto e número do seu Cadastro de Pessoa Física, além do preenchimento dos dados necessários à formalização do pedido e confirmação por e-mail.
- O devedor fica ciente que deverá recolher eventuais custas processuais junto ao Poder Judiciário, caso exista ação de execução fiscal em curso, sob pena de não arquivamento do processo e baixa no distribuidor judicial.
- O devedor fica, desde já, ciente de eventual ação de execução fiscal em curso relativa aos débitos parcelados.

Taubaté , 14 de Junho de 2023

Requerente: **EDUARDO ARAUJO DA SILVA**
CNPJ/CPF: **285.765.758-76**
Telefone:

Funcionário Responsável:
Data: ____/____/____

Código de controle do termo: TAC823BBFC8ED615D78516D5B2CCCD4D178